

Relativas com núcleo interno e relativo de ligação na história do português

Adriana Cardoso*

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

1. Introdução

Com este trabalho pretende-se contribuir para o estudo das mudanças que afectaram o relativo *o qual*¹ no decurso da história do português. Em particular, apresenta-se a descrição e explicação de uma mudança que afectou a possibilidade de ocorrência de *o qual* com um nome à sua direita (doravante ‘núcleo interno’).

A análise proposta toma como referência o quadro teórico da gramática generativa, considerando em particular os estudos desenvolvidos por Kayne (1994), Bianchi (1999) e De Vries (2004, 2006), no âmbito das construções de relativização.

O *corpus* considerado é constituído por textos não literários:

- séc. XIII a XVI (1ª metade) – documentos notariais editados por Martins (1994, 2001).²
- séc. XVI (2ª metade) – documentos relativos à Inquisição publicados em Pereira (1987);
- séc. XVII (1ª metade) – documentos relativos à Inquisição publicados em Coelho (1987);
- séc. XVII (2ª metade) – documentos relativos às sessões inquisitoriais do Padre António Vieira, publicadas em Muhana (1995: 47-174).

2. O problema

A mudança que afectou as orações introduzidas pelo relativo *o qual* pode ser observada a partir do contraste entre (1) e (2):

* Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/22475/2005). Parte dos dados apresentados neste trabalho foram publicados em Cardoso (2007a).

¹ *O qual* é um relativo complexo, constituído por um artigo definido e pela forma *qual*. O grau de fusão entre estes componentes torna-se evidente, por exemplo, pelo facto de não ser possível intercalar nenhum elemento (**o com qual*). Nos textos portugueses mais antigos, é contudo possível encontrar *qual* a funcionar como pronome relativo sem estar associado ao artigo. Dada a dimensão deste trabalho, não é contudo possível abordar essa questão, não tendo como tal sido consideradas essas ocorrências na análise apresentada.

² Estes documentos estão inseridos no *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt>. A transcrição e a referência dos textos corresponde a esta versão digitalizada (correspondendo a sigla CHP aos textos editados em Martins (1994)). Neste estudo serão ainda analisados os textos que foram introduzidos na edição de Martins (2001).

- (1) ent(re)go e outorgo. ao Most(eir)o d(e) san Salvador de Moreyra. **hũu casal q(ue) e en Rial d(e) Pereyra. o qual casa** a d(i)ta dona Mayor uẽegas por sua alma e en remijmẽto d(e) seus pecados. mandou ao d(i)to Most(eir)o. (CHP017 1282)
- (2) a. É muito provável que existam **razões ponderosas para a escolha do ‘timing’ do congresso, as quais** por agora desconheço. (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC)* [jornal_ anotado_RL, Ref: AT-0080-P-L])
- b. * É muito provável que existam **razões ponderosas para a escolha do ‘timing’ do congresso, as quais razões** por agora desconheço.

O contraste apresentado permite concluir que em português antigo o relativo *o qual* podia ocorrer com um núcleo interno, possibilidade esta que não se encontra disponível no português actual.³

A questão que se impõe é: Como explicar este contraste?

3. Dados comparativos

A possibilidade de ocorrência de um núcleo interno à direita do morfema relativo regista-se em diversas línguas. Ernout & Thomas (1972: 332) referem que em latim, em textos de direito e de administração, se verifica frequentemente a repetição do antecedente no interior da relativa, de forma a evitar equívocos e a conferir maior clareza e precisão ao enunciado. Também Bassols de Climent (1967: 240) menciona a elevada frequência desta construção em latim, especialmente em textos jurídicos, servindo sobretudo para evitar a ambiguidade.

- (3) erant omnino **duo itinera quibus itineribus** domo exire possent
 “Havia somente dois caminhos, pelos quais caminhos podiam sair de casa”
 (César, *apud* Bassols de Climent, 1967: 241)

³ É de notar contudo que alguns autores registam a possibilidade de *o qual* poder ocorrer com um núcleo interno. Brito (1991) refere que, nas orações apositivas, *o qual* pode ocorrer, ainda que marginalmente, como ‘especificador nominal’:

(i) A falta de monitores na Faculdade de Direito de Lisboa não permitiu ainda que começassem **as aulas das subturmas, as quais aulas** funcionam em regime de avaliação contínua de conhecimentos (Brito, 1991: 133). Bechara (1961/2001) também refere essa possibilidade:

(ii) **Ao livro** ninguém fez referência, **o qual livro** merece a maior consideração, no meu entender. (Bechara, 1961/2001: 488)

(iii) Logo, porém, que este prazo expirou, o rei de Leão fez uma estrada até **Talavera**, perto da **qual cidade** destróçou as tropas que intentaram opor-se-lhe. (Alexandre Herculano, *apud* Bechara, 1961/2001: 488).

Contudo, a não ocorrência desta construção nos *corpora* do português actual consultados, bem como os juízos dos falantes, demonstra de forma inequívoca que esta não é uma construção produtiva no português actual. Em alternativa, opta-se habitualmente por uma outra construção (cf. iv), designada por Peres & Mória (1995) ‘relativa de aposto’ e por Brucart (1999: 423) ‘relativa com antecedente resumptivo justaposta’:

(iv) É muito provável que existam **razões ponderosas para a escolha do ‘timing’ do congresso, razões que** por agora desconheço.

Ao analisar a ocorrência desta construção em línguas românicas e germânicas, Smits (1988: 65) refere que o núcleo interno ocorre apenas em relativas apositivas “(...) formally marked [...], especially in bureaucratic and similar styles.” A relativa apositiva pode ter um antecedente nominal ou frásico, sendo, neste último caso, a construção sentida como menos marcada.

No Quadro 1, adaptado de Smits (1988), apresentam-se os dados relativos à possibilidade de ocorrência de núcleo interno em diferentes línguas, quer em relativas apositivas ‘formais’, quer em relativas apositivas com antecedente frásico.⁴

Relativos com núcleo interno			
língua	pronome	apositiva ‘formal’	antecedente frásico
italiano	il quale	+	-
castelhano	el cual	+	-
francês	lequel	+	+
holandês	welke	+	+
alemão	welcher	+	+
inglês	which	+	+
português romeno	não existem formas com núcleo interno ⁵		

Quadro 1 – Ocorrência de núcleo interno em diferentes línguas (Smits 1988: 65)

Como se pode observar no Quadro 1, em português e em romeno não é possível a ocorrência de núcleo interno nas apositivas. Porém, esta situação não foi uma constante na história do português, como se demonstrará na secção (4).

⁴ São apresentados de seguida alguns exemplos de relativas apositivas ‘formais’ com antecedente nominal, respectivamente, para o italiano, castelhano, francês, holandês, alemão e inglês (o símbolo ‘%’ é usado para indicar que se trata de uma construção formalmente marcada, que está a cair em desuso):

(i) %cercavo **una ragazza**, con la quale ragazza uscire a cena. (Smits, 1988: 65)

(ii) %los **ejemplos de este fenómeno que he presentado**, en los cuales ejemplos he pensado mucho, no dejan de confundirme. (Smits, 1988: 306)

(iii) **toutes les idées que j’aurais à développer**, lesquelles idées sont exposées en détail dans ce mémoire,... (Smits, 1988: 321)

(iv) **Moby Dick**, welk boek mij als kind al mateloos boeide, is nog steeds mijn favoriete roman.

“MD, o qual livro já em criança me encantava, é ainda o meu romance favorito.” (Smits, 1988: 369)

(v) er sagte “**Guten Tag**”, welchen Gruß sie freundlich erwiderte.

“Ele disse “Guten Tag”, o qual cumprimento ela amavelmente retribuiu.” (Smits, 1988: 272)

(vi) **my dog**, which faithful animal has guarded me for years, dies last week. (Smits, 1988: 288)

⁵ Note-se, porém, que em português existem relativas sem antecedente expresso com núcleo interno (Móia, 1992), como se pode observar em (i):

(i) O Paulo bebeu quanto leite quis (beber).

4. Dados relativos à história do português

4.1. Frequência de *o qual* com núcleo interno

No *corpus* analisado, *o qual* ocorre mais vezes com núcleo interno do que sem núcleo interno até ao século XVI. A partir deste período, a tendência inverte-se e *o qual* sem núcleo interno passa a ser mais frequente. Como se pode observar no Gráfico 1, há claramente uma curva descendente no que diz respeito à frequência de *o qual* com núcleo interno:⁶

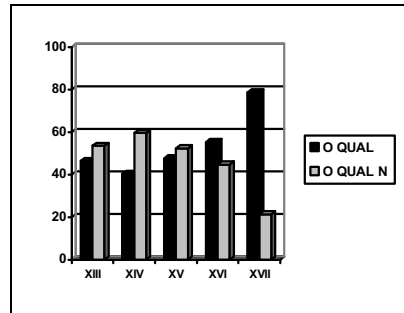


Gráfico 1 – Distribuição *o qual* (N)⁷

4.2. Núcleo interno e adjacência

Nas gramáticas históricas, o uso de *o qual* com núcleo interno é explicado pela distância a que o relativo se encontra do antecedente. Segundo alguns autores, com a ‘repetição’ do nome, visava-se evitar possíveis ambiguidades na interpretação do antecedente, conferindo assim mais clareza e precisão ao enunciado (Dias, 1918/1970: §93; Neto, 1957/1970: 236).⁸

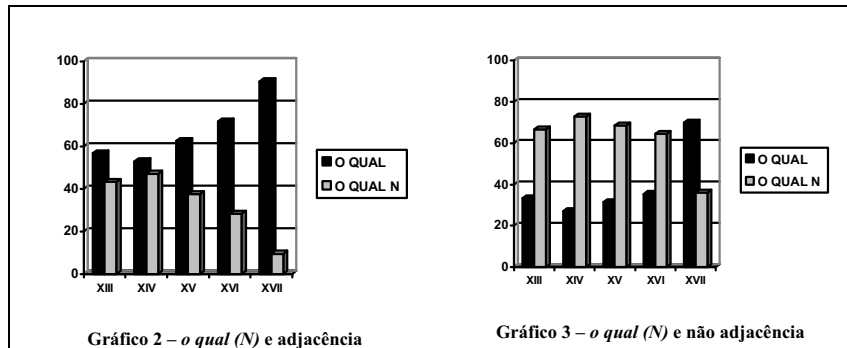
No que diz respeito à relação entre núcleo interno e adjacência, a análise do *corpus* permitiu concluir que:

⁶ Uma vez que o *corpus* considerado é apenas constituído por textos não literários, será necessário, em trabalho futuro, alargar a pesquisa a um *corpus* mais vasto, integrando textos de diferentes tipologias, de forma a verificar se estas tendências se mantêm. Na prospeção realizada até ao momento, verificou-se que existe igualmente uma curva descendente quanto à frequência de *o qual* com núcleo interno em textos literários. Porém, em textos literários, a ocorrência de núcleo interno é sempre percentualmente inferior à que se regista nos textos não literários.

⁷ Dadas as restrições impostas à dimensão deste trabalho, na apresentação dos dados quantitativos são considerados apenas os valores percentuais e não os valores absolutos correspondentes.

⁸ Note-se a este respeito que, para Said Ali, *o qual* (sem núcleo interno) já é um pronome relativo que é usado *per se* para evitar ambiguidade: “*O qual*, pronome de tonalidade forte, presta-se a melhor avivar uma noção enunciada pouco antes (o seu antecedente); presta-se por isso mesmo também a evitar o sentido ambíguo em períodos com orações adjetivas subordinadas umas às outras” (Said Ali, 1931/1971: § 515).

- nos casos de adjacência⁹, *o qual* sem núcleo interno é sempre mais frequente em todos os séculos (cf. Gráfico 2);
- nos casos de não adjacência¹⁰, *o qual* seguido de núcleo interno é mais frequente em todos os séculos, excepto no século XVII, em que o uso de *o qual* sem núcleo interno é preponderante em todos os contextos (cf. Gráfico 3).



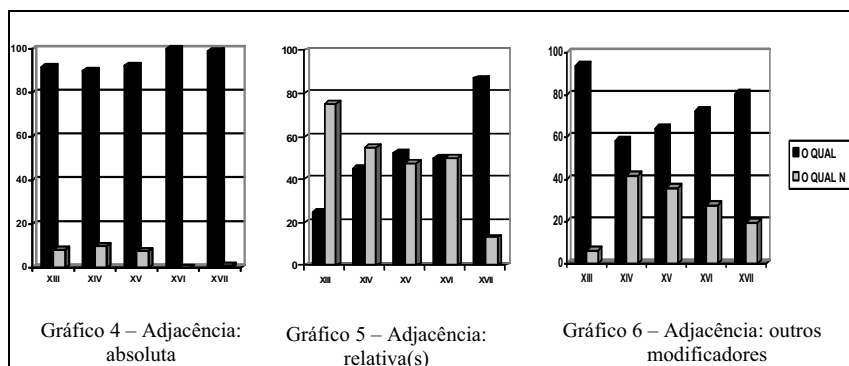
Apresentam-se de seguida exemplos das ocorrências típicas, *i.e.*, de adjacência sem ocorrência de núcleo interno (cf. 4) e de não adjacência com ocorrência de núcleo interno (cf. 5).

- (4) E pedia q(ue) p(er) Sen(ten)ça o cost(re)ngese q(ue) lhj dese a d(i)ta vaca cõ sua ffilha segũdo mays comp(ri)dam(en)t(e) Era (con)tehudo ã **sua petiçom a q(u)al** ffoy contestada p(er) o d(i)to p(ri)oll (CHP101 1379)
- (5) (e) Asy diserom q(ue) **os di(c)t(os) logares danboroes** (e) mõte valem todo onze m(a)r(avedi)s da boa moeda cõ ho di(c)to monte **os q(u)aes logares danboroes** p(ar)tem cõ erdade darouqua (e) cõ erdade do di(c)to Johã de basto (e) cõ erdade de v(asco) m(art)jz (CHP152 1414)

Contudo, os contextos de adjacência não apresentam uma distribuição homogênea, no sentido em que a ocorrência de núcleo interno parece ser sensível ao tipo de constituintes que se podem associar ao antecedente (cf. Gráficos 4-6).

⁹ Entende-se por contextos de adjacência os casos em que a relativa ocorre junto do constituinte que funciona como antecedente (podendo este ocorrer modificado ou não).

¹⁰ Entende-se por contextos de não adjacência os casos em que entre a relativa e o antecedente existe material lexical da matriz (ou até mesmo outras orações). Na literatura, estes contextos de não adjacência são também designados de ‘extraposição’ (e as relativas que ocorrem fora do DP que contém o antecedente são designadas ‘relativas extrapostas’) (cf. *i.a.* Brucart, 1999: 465).



Assim, nos casos de adjacência absoluta entre o antecedente e a relativa, a ocorrência de *o qual* sem núcleo interno é preponderante em todos os séculos.

Porém, no caso de existir(em) entre o antecedente e a relativa outra(s) relativa(s) – empilhada(s) ou encaixada(s)¹¹, então a tendência inverte-se e passa a ser mais frequente a ocorrência de *o qual* com núcleo interno (até ao século XVI):

- (6) el emp(re)starrá sob(re) hũu st(ormento) de ob(ri)gaçam q(ue) tynha ao d(i)to u(asco) m(art)jz **q(ui)nze corroas dourro as qu(a)es lhe Ja o d(i)to u(asco) m(art)jz tynha pagadas p(er) ourro (e) dj(nhei)rr(o)s (e) p(er) oyoçotens R(eae)s brãcos q(ue) lhe auja de da(r) ff(er)nada affom(so) m(orador) no d(i)to logo de mirãda cõ q(ue) elle ffjcarra das quaes q(ui)nze corroas dourro** el daua po(r) q(ui)te (e) lju(re) deste dja p(er)a todo senp(re) (CHP153 1425)

Quando os modificadores envolvidos não são orações relativas, mas sim, por exemplo, PPs ou APs, a ocorrência de *o qual* sem núcleo interno volta a ser dominante.

- (7) Eu Tabaliõ de suso dito p(er) mãdado do dito Steuã p(ere)z e p(er) a **p(ro)c(ur)açõ d(e) suso dita a q(ua)l** eu uj seelada do seelo d(e) suso dito nẽ rasa nẽ (con)rũpuda nẽ borrada no Seelo nẽ na let(er)a estes est(ro)mentos fiz (CHP009 1278)

É de salientar, contudo, que se observa, em todos os gráficos apresentados, o mesmo tipo de curva descendente relativamente à frequência de *o qual N*. Tal facto

¹¹ Usa-se o termo ‘relativas empilhadas’ (ou ‘múltiplas’) para designar as relativas restritivas que co-ocorrem num mesmo DP e que têm como antecedente a expressão nominal e as relativas que a precedem (Ex: *As pessoas que gostam de caviar que vieram cá almoçar são requintadíssimas* (Brito e Duarte, 2003: 660)). Usa-se o termo ‘relativas encaixadas’ para designar as relativas que ocorrem na mesma frase, com antecedentes nominais distintos (Ex: *Era uma vez uma rapariga que tinha um pai que lhe oferecia um presente todos os dias*).

parece sugerir que houve uma época em que o núcleo interno era ‘natural’ mesmo quando não havia ‘ambiguidade’ e, por isso, encontra-se sempre o mesmo tipo de curva, independentemente da oposição de adjacência/não-adjacência.

4.3. Relação antecedente / núcleo interno

Nas relativas apositivas com antecedente nominal, o nome que ocorre como núcleo interno é tipicamente o mesmo que se encontra no antecedente. Existe contudo alguma variação no que diz respeito à possibilidade de ocorrência de modificadores: (i) o núcleo interno pode exibir ou não os modificadores do antecedente (cf., respectivamente, (8) e (9)); (ii) o núcleo interno pode exibir modificadores que não ocorrem no antecedente (cf. 10).

- (8) el emp(re)starra sob(re) hũu st(ormento) de ob(ri)gaçam q(ue) tynha ao d(i)to u(asco) m(art)jz **q(ui)nze corroas dourro** [...] das quaes q(ui)nze corroas dourro el daua po(r) q(ui)te (e) lju(re) deste dja p(er)a todo senp(re) (CHP153 1425)
- (9) conhoçemos (e) cõfesamos q(ue) nos Recebemos de uos M(ar)tjn saluadorez **Cjncoeêta l(i)bras de d(inhei)r(o)s po(r)tugéeses** as qua(e)s #Lta l(i)bras a nos erõ Julgadas p(er) Sentêca (CHP097 1365)
- (10) trouxem(os) (e) husam(os) (e) possuym(os). en nome do Mon(steiro) de Moreyra he por seu **húu q(ua)rto de Cassal** na Aldeyha de Moesteyróo. eno q(ua)l ora mora. Johã paaez. o q(ua)l q(ua)rto do d(i)to Cassal. Dona. Móór véégas. mha auóó mãdou ao Mon(steiro) de Moreyra (CHP029 1299)

Por outro lado, é de registar que há contextos em que o núcleo interno ocorre coordenado:

- (11) ffazem(os) p(ra)zo a ty Domĩgas do(mingu)iz e ao P(ri)meyro marido q(ue) ouueres. **dũu Casal q(ue) auem(os) en Cũpustelá e dũu meio Barco en verdugo**. O q(ua)l casal e meio Barco ora trage. M(aria) do(mingu)iz; (CHP012 1308)
- (12) E dem (e) paguem de **rrenda foro** (e) pensã em Cada hũu anno ao dito moesteiro em paz (e) em saluo, trezentos (e) çinq(uo)enta rr(eae)s desta corrente moeda (e) cinq(uo) homens de geira p(er)a o moesteiro com a q(ua)l Renda (e) foro senpre s(er)am bem hobedientes (e) mãdad(os) ao dito moesteiro (e) seus p(ri)ores (e) comvento (CHP166 1496)

Contudo, nestes contextos nunca se observa no *corpus* analisado concordância entre *o qual* e os dois nomes à sua direita (*i.e.* nunca ocorrem contextos como **Os quaes casal e meio Barco* ou **com os quaes Renda (e) foro*).¹²

¹² Coloca-se desta forma a hipótese de em estádios anteriores do português estar disponível na gramática a possibilidade de inserção de ConjP num nível inferior ao DP (cf. Colaço, 2006) e concordância do determinante apenas com o primeiro membro da coordenação. Note-se que em Cardoso (2007b) essa hipótese é também equacionada na análise de sequências como (i):

Ainda no âmbito das relativas com antecedente nominal, é de notar que, por vezes, não é exactamente o mesmo nome que ocorre no núcleo interno, mas um outro nome que estabelece com o antecedente uma relação lexical, como de hiperonímia ou sinonímia:

- (13) aa dar E paga(r) a uos v(asco) nozey'ra escudeyro morador na d(i)cta çidade e p(ro)curador q(ue) sodes do moesty'ro da çhellas **mj'll (e) duzentos Reaes bran(cos) ora co(r)rentes os quaaes d(inhei)ros** q(ue) u(os) eu assy hey de dar e pagar u(os) auy'a de paga(r) Joham uelho (CHP176 1436)
- (14) mostrarõ logo ã Jujzo **húu testamêto f(ei)to p(er) máoo de Giralde steu(e)z tabaliõ de Gujmarães (e) do seu signal Assjnada na q(ua)l mãda** fazia mēçom Ant(re) as out(ra)s coussas q(ue) A mãdara faz(er) Sancha gil. (CHP082 1328)

No caso das relativas apositivas com antecedente frásico, o núcleo interno é tipicamente um nome de significação indefinida (como *cousa* ou *razom*) que retoma a predicação anterior:

- (15) E **dou por firme e por estauil p(er)a todo semp(re) todalas cousas q(ue) forem feytas e p(ro)curadas p(er) este meu p(ro)curador ou p(er) aq(ue)les q(ue) el estabelescer em seu logo p(er) obligam(en)to de todos meus bées. No testemoyo da qual cousa** roguey Domígos esteueiz tabelliom das alcaceuas q(ue) mi fezesse en(de) esta p(ro)c(ur)açom. (CHP043 1291)
- (16) nom declara(r) q(ue) **os d(i)tos cassaaes fforõ cõp(ra)dos dos d(inhei)r(o)s do d(i)to most(eiro) polla q(ua)ll Razom** de d(ere)jto p(er)teçem (e) p(er)teçyam ao d(i)to mosteiro (CHP155 1437)

É de notar ainda que, por vezes, o núcleo interno resulta da nominalização de uma predicação anterior:¹³

- (17) E como Eu d(i)to p(ri)ol lhe **pedise (e) Mådase pedir A d(i)ta palha (e) hũ fejxe Asj comó A senp(re) derõ os q(ue) Morarõ nas d(i)tas hrdades/sic/ (e) nõ mha q[(u)is]/?/ dar A q(u)al pitiçom** o d(i)to fra(ncisco) m(art)j(n)z cõtestou dela (CHP099 1370)

4.4. Apositivas / restritivas

Por fim, do ponto de vista descritivo, é fundamental destacar que a possibilidade de ocorrência de núcleo interno se verifica apenas nas relativas apositivas e não nas restritivas.

(i) Nem vender alhear nõ escanbar nõ tresmudar O d(i)cto enp(ra)zamêto nõ part(e) delle ssem liçença E auctoridade da d(i)cta sua Ig(re)ia E abade q(ue) aaquelle tempo for della (CHP161 1472)

¹³ Note-se que a remissão para um antecedente oracional não implica a inclusão de todos os elementos da matriz (Brucart, 1999: 438).

5. Análises prévias

Nas gramáticas históricas, é referido que o morfema *o qual*, quando ocorre com um nome à sua direita, tem o valor de um demonstrativo (Dias, 1918/1970: §372; Said Ali, 1931/1971: §515).

Também Lucchesi (1990) corrobora esta análise, propondo que *o qual*, no século XV, “(...) tinha um comportamento bem semelhante ao dos demonstrativos (...)”, ocupando como tal a posição de especificador. A mudança é explicada, segundo o autor, pelo facto de *o qual* ter passado da posição de especificador para a posição de núcleo do constituinte movido (deixando por isso de poder ocorrer com um nome à sua direita).

Por sua vez, Costa (2004) salienta a ambiguidade das construções introduzidas por *o qual* seguido de nome. Segundo a autora, *o qual* pode ser analisado como um determinante demonstrativo ou pode ter uma distribuição ambígua entre determinante demonstrativo e pronome relativo, introdutor de uma relativa extraposta (em função do material linguístico que ocorre entre o antecedente e *o qual*).

Porém, ao contrário do que tem sido proposto na literatura, o presente estudo pretende demonstrar que a ‘hibridez’ de *o qual* entre os paradigmas relativo e demonstrativo não encontra fundamentação empírica nos dados da história do português. Se em línguas como o inglês ou holandês os dois paradigmas entram em construções de relativização, o mesmo não se pode afirmar para o português, dado que *o qual* ocorre sempre na periferia esquerda da frase e nunca num DP *in situ*. Ou seja, *o qual* é indubitavelmente um relativo, porque é sempre alvo de movimento-*wh*. Tal movimento torna-se mais ‘evidente’, por exemplo, nos casos que envolvem *pied-piping* (cf. 18) ou movimento relativo longo (cf. 19).

- (18) a. o d(i)to Juiz deu **sentêças** ant(re) as d(i)tas p(ar)tes sob(re) lo d(i)to h(er)damêto. das q(ua)es sentêças os d(i)tos caualeyros ag(ra)uarõ (e) pedirõ os ag(ra)uos (CHP019 1287)
 b. *... os d(i)tos caualeyros ag(ra)uarõ das q(ua)es sentêças
- (19) a. **do casal da q(ui)ntãa (e) do casal da lagea (e) da quebrada das abelleiras q(ue) o d(i)cto Moesteiro (e) príol (e) cõuento ham na aldeia de paradella ffreiguesia do d(i)cto Moesteiro** E partem dhũa parte cõ herdades da honrra de souerosa E da outra p(ar)te partem cõ herdades do Moesteiro de pôõbeiro os quaaes casaaes (e) quebrada diziã q(ue) iaziã hermos
 b. * ... diziã q(ue) os quaaes casaaes (e) quebrada iaziã hermos

Em suma: se *o qual* pudesse funcionar como demonstrativo, seria previsível a sua ocorrência *in situ*, em contextos como os apresentados em (18b) e (19b). Contudo, este tipo de estrutura não se encontra atestado no *corpus* analisado.

Por fim, é de notar que a análise da mudança proposta por Lucchesi (1990), segundo a qual o relativo deixaria de exibir um nome à sua direita porque teria passado a ocupar a posição de núcleo do constituinte relativo, não fornece uma explicação satisfatória para o facto de apenas as relativas positivas poderem ocorrer com núcleo

interno. Ou seja, com a explicação apresentada por Lucchesi, esperar-se-ia que tanto as relativas apositivas como as restritivas exibissem núcleo interno e que, posteriormente, tivessem deixado de o exibir. Tal não é contudo a evidência que os dados empíricos fornecem (nem para a história do português, nem para as restantes línguas, como ficou demonstrado nas secções (3) e (4)).

6. Proposta de análise

Para a explicação dos dados descritos em (4), é fundamental responder a duas questões:

- 1) Por que razão não existem relativas restritivas com núcleo interno?
- 2) Por que razão as relativas apositivas podiam ocorrer com núcleo interno?

A questão 1) recebe uma resposta satisfatória, se assumirmos que as relativas restritivas são geradas por ‘elevação do núcleo’ (*raising analysis*), como é proposto *i.a.* por Kayne (1994), Bianchi (1999) e De Vries (2002).

Como se pode observar em (20), na análise por ‘elevação do núcleo’, o NP (*i.e.* o antecedente NP) é gerado no interior da oração relativa, como complemento do determinante relativo (D_{rel}). De seguida, o NP é movido para $SpecDP_{rel}$, estabelecendo-se uma relação de especificador-núcleo que permite a verificação dos traços- φ de concordância. Posteriormente, DP_{rel} é movido para $SpecCP$, para verificação do traço-*wh*.

(20) $[D [CP [DP_{rel} NP [D_{rel} t_{np}]_i \dots t_i \dots]]$

Assumindo esta análise para as relativas restritivas, a resposta à questão 1) é simples: não há nenhuma posição disponível para a ocorrência de núcleo interno nas relativas restritivas porque a posição de complemento de D_{rel} já está ocupada pelo NP que virá a ser o antecedente (De Vries, 2004)¹⁴.

Para responder à questão 2), é necessário propor uma representação para as relativas apositivas diferente da esquematizada em (20). Kayne (1994) e Bianchi (1999) propõem que as relativas apositivas, tal como as restritivas, são geradas por ‘elevação do núcleo’. A diferença residiria no facto de, nas apositivas, existir um movimento adicional em FL de IP para $SpecDP$, deixando a relativa fora do escopo do determinante. Porém, como já foi referido, a adopção desta análise não explicaria a possibilidade de ocorrência de um núcleo interno nas relativas apositivas.

Em alternativa, neste estudo propõe-se que a ocorrência de um núcleo interno nas relativas apositivas encontra uma explicação adequada na análise das orações apositivas enquanto ‘coordenação especificante’ (*specifying coordination*), proposta por De Vries (2004, 2006):

¹⁴ A análise por ‘elevação’ é sustentada sobretudo por três tipos de evidência: tipológica (existência de relativas com núcleo interno (ou circumnominais), e.g. Japonês, Mohave, Quechua Ancashino); empírica (conectividade entre o núcleo e a lacuna) e teórica (anti-simetria, não adjunção à direita). Contudo, algumas objecções têm sido levantadas relativamente a esta análise (cf. Alexandre, 2000; Borsley, 1997, 2001, *i.a.*).

(21) [CoP [DP antecedente] &: [DP [D N+D] [CP [DPrel [NP t_n] D_{rel} t_{np}]_{wh} ... t_{wh} ...]]]

De acordo com De Vries (2006), as posições em geral são um subtipo de coordenação e as orações relativas apositivas são, conseqüentemente, posições complexas coordenadas ao antecedente. Mais concretamente, uma oração apositiva é uma oração relativa semi-livre¹⁵ em posição ao antecedente. Na representação apresentada em (21), o núcleo '&:' simboliza 'coordenação especificante', ou seja, uma ligação (muitas vezes assindética) que pode ser parafraseada por 'isto é, ou (antes), nomeadamente' (cf. Koster 2000). Trata-se de um terceiro tipo de coordenação (conjunção / disjunção / especificação), em que o segundo membro especifica, fornece mais informação acerca do primeiro.

Ao assumir esta análise para as relativas apositivas, De Vries (2006) propõe que o antecedente é gerado numa posição externa à oração relativa. O segundo membro da coordenação é um DP que contém uma relativa semi-livre. A derivação da relativa semi-livre acaba por ser equivalente à das restritivas geradas por 'elevação do núcleo': (i) o DP_{rel} move-se para SpecCP para verificar o traço-*wh*; (ii) O NP move-se para SpecDP_{rel} para verificar concordância com D_{rel}; (iii) em sintaxe não visível, N incorpora o D externo ([N+D]) de forma a verificar os traços de concordância e o caso abstracto.¹⁶

A principal vantagem desta análise é a de que permite dar uma resposta satisfatória à questão 2), formulada no início desta secção. Assim, as relativas apositivas podem ocorrer com núcleo interno porque existe uma posição disponível que pode ser ocupada por este constituinte. Ou seja, precisamente pelo facto de o antecedente não ser movido do interior da relativa, há uma posição disponível que pode ser ocupada. Essa posição é a do NP, complemento de D_{rel}:¹⁷

(22) [CoP [DP o casal] &: [DP D [CP [DPrel [Drel o qual] [NP casal]]]_{wh} ... t_{wh} ...]]]

6.1. Explicação da mudança

Os dados da história do português parecem sugerir que houve uma mudança que afectou a estrutura das relativas apositivas. Assim, a hipótese que se coloca neste

¹⁵ Segundo De Vries (2006: 247), nas relativas apositivas, não se pode considerar que o segundo membro da coordenação é uma relativa sem antecedente expresso, porque o antecedente não se encontra implícito / incorporado. Assim, segundo o autor, na estrutura de uma relativa sem antecedente expresso, N move-se para D_{rel} e o complexo [N+D_{rel}] move-se posteriormente para o D externo. A análise proposta para as relativas apositivas distingue-se desta precisamente por não prever a incorporação do N em Drel, ou seja, por não formalizar a incorporação do antecedente.

¹⁶ De acordo com De Vries (2006), o complexo [N+D] corresponde a um pronome pessoal abstracto que, por vezes, pode ser realizado, como em (i). Este pronome é interpretado como tendo a mesma referência que o DP do primeiro membro da estrutura de coordenação.

(i) Du kennst doch den Jan, **ihn** der unser Manager ist?
tu conheces já o Jan, **ele** que nosso gestor é

¹⁷ Note-se que esta análise também dá conta de forma satisfatória dos casos de não identidade entre o antecedente e o núcleo interno (cf. secção 4.3).

trabalho é a de que, até ao século XVI, as relativas apositivas eram geradas por ‘coordenação especificante’, podendo como tal exibir um núcleo interno opcional. A partir deste período, as relativas apositivas começam a ser geradas por ‘elevação do núcleo’, perdendo a possibilidade de ocorrer com núcleo interno.

Esta explicação permite fazer, pelo menos, duas predições:

Predição 1 – Se a mudança afectou a estrutura ‘coordenação especificante’, então prediz-se que outras estruturas linguísticas que sejam geradas por ‘coordenação especificante’ também tenham sido afectadas.

De facto, verifica-se que a extraposição de praticamente todo o tipo de constituintes sofre restrições bastante significativas a partir do século XVI. Este é um dado importante uma vez que, segundo De Vries (2006), a extraposição também é gerada por ‘coordenação especificante’. Trata-se, assim, de uma mudança que afecta, não apenas as orações relativas apositivas, mas outras construções geradas por ‘coordenação especificante’.

Predição 2 – De Vries (2004) propõe que o segundo conjunto da estrutura de ‘coordenação especificante’ proposto para as apositivas (cf. (21)) é equivalente à estrutura de uma relativa sem antecedente exposto (distinguindo-se desta apenas por não prever a incorporação do antecedente – cf. nota de rodapé 15). Prediz-se então que as relativas sem antecedente exposto possam exibir núcleo interno em todos os estádios da história do português. Ou seja, uma vez que as relativas sem antecedente exposto não envolvem ‘coordenação especificante’, espera-se que se mantenha a possibilidade de ocorrência de núcleo interno, facto que é confirmado pelos seguintes exemplos:

(23) E q(ue) ffaçam em elles quãta bemffeitoria ffazer poderem p(er) guisa q(ue) melhorem (e) nõ peíorem (CHP156 1441)

(24) O Paulo bebeu quanto leite quis (beber)

Em síntese, no decurso da história do português quer as relativas apositivas quer certas estruturas de extraposição deixam de ser geradas por ‘coordenação especificante’. Como consequência desta mudança, as relativas apositivas passam a ser geradas por ‘elevação do núcleo’ (e, consequentemente, não podem exibir um núcleo interno) e a extraposição passa a ocorrer com severas restrições a partir do século XVI.

Em última instância, os dados da história do português fornecem evidência a favor da ideia de que não existe uma análise unificada para as relativas apositivas. Ou seja, uma só estrutura (‘elevação do núcleo’ ou ‘coordenação especificante’) não permite dar conta dos dados observados nas diferentes línguas (cf. secção (3)) e da variação existente numa mesma língua. Por outro lado, do ponto de vista diacrónico, ambas as análises são necessárias para explicar a mudança que afectou as relativas apositivas em português.

7. Um problema em aberto: o relativo de ligação

Considerando os dados da história do português, o problema que se coloca é o de que *o qual*, seguido de núcleo interno, se encontra por vezes a tal distância do antecedente que a análise por extraposição não parece poder aplicar-se:

- (25) E pagada a p(e)na ou ño todauya obrjgados a logo fazerem **as ditas casas** E bem asy as manterẽ nas ditas tres vidas de gujsa que ño deffaleçam E posto que cayam ou arçom ou lhes aconteça out(ro) algũ casso posto que furtujto seJa que todauja as ditas pessoas as tornẽ logo a rrefazer pello modo dantes de maneira que andem bem corregidas (e) ap(ro)ueitadas melhoradas (e) ño peJoradas E derom poder ao di(c)to Joham goncaluez que posa demandar (e) au(er) de q(ua)eesq(ue)r pessoas toda pedra (e) mad(eira) (e) qualq(ue)r out(ra) p(er)tença do di(c)to p(ar)dieiro que lhe dy leuasẽ ou furtasem (e) p(er)a ello lhe cederom (e) outorgarõ todas suas auçõees R(eae)s (e) pesoaes vtiles (e) d(ere)jtas (e) rremedios de demandar (e) ho constituyrõ p(ro)curador como ã cousa sua p(ro)pia E que dem (e) paguẽ ã cada hũu ãno de foro p(er) natal tres galinhas viuas boas (e) de Reçeb(e)r as q(ua)ees galinhas s(er)om pagas (e) ãtregues dent(ro) no di(c)to moest(eiro) em paz (e) ã saluo a dona mjçia em sua vida (e) p(er) sua mort(e) pagarseam //ao co// ao cõuento (e) comecarõ a p(ri)meira paga p(er) natal p(ri)meiro que vem do ãno de #iiiijc (e) nouenta (e) cinco ãnos E asy ã cada hũ ãno nas ditas tres vidas; **as q(ua)ees casas** as ditas pessoas ño poderom dar ãalhear escanbar ñe espedacar com nehũa pesoa (CHP192 1494)

Contudo, nestes casos, verifica-se sempre o movimento do constituinte relativo para a periferia esquerda da frase; como tal, *o qual* é claramente um relativo. Por outro lado, a hipótese de se tratar de uma relativa sem antecedente expresso também deve ser excluída, dado que as relativas sem antecedente expresso ocupam sempre a posição de argumento ou adjunto da oração principal, o que não se verifica nestas construções.

Alguns autores, ao analisarem estruturas equivalentes a estas noutras línguas, têm proposto que se trata de uma construção em que o relativo funciona como ‘relativo de ligação’, encabeçando uma oração ‘independente’ (Ernout & Thomas, 1972: 439; Pinkster, 1995: 102; Bianchi, 1999: 138).¹⁸ Brucart (1999: 417ss) também se refere a estas construções, atribuindo-lhes contudo a designação de ‘relativas justapostas’.

Porém, os critérios para a atribuição do estatuto de oração ‘independente’ a estas construções nem sempre são apresentados de forma explícita e coincidente.¹⁹ Por outro

¹⁸ Alguns exemplos desta estrutura são:

(i) multas ad res peritiles **Xenophontis libri** sunt; **quos** legite, quaeso, studiose, ut facitis

“Em muitos aspectos, os livros de Xenofonte são muito úteis; lede-os, peço-vos, cuidadosamente, como vens fazendo” (Cícero, *apud* Pinkster, 1995: 103)

(ii) Ha difeso **la sua tesi** quasi contro tutti. **La quale** sosteneva la necessità del non intervento. (Cinque, 1978, *apud* Bianchi, 1999: 138)

¹⁹ Brucart (1999: 419) refere apenas que entre o antecedente e a relativa justaposta há uma “(...) inflexión de frontera de enunciado”. Para os dados do latim, são apresentados sobretudo três argumentos: (i) quando se encontram em discurso indirecto, estas orações sofrem os mesmos processos que as orações principais, passando para o infinitivo (caso o modo verbal do discurso directo correspondente seja o indicativo). (Bassols de Climent, 1967: 253-254); (ii) estas orações podem ocorrer com imperativo, o que não é frequente nas orações subordinadas (Bassols de Climent, 1967: 254; Pinkster, 1995: 103); (iii) uma oração ligada por um pronome relativo não pode ser introduzida por *et* ou *autem*, o que acontece nas orações com ‘relativo de ligação’ (Pinkster, 1995: 103).

lado, ainda que de forma implícita, este estatuto ‘especial’ parece resultar, pelo menos em parte, do facto de existir um sinal de pontuação forte entre o antecedente e a oração que é encabeçada pelo relativo. Contudo, considerando exemplos do português actual como os apresentados em (26) e (27), facilmente se conclui que a existência de um ponto final não pode constituir *per se* um argumento suficiente para se determinar se a oração relativa é ou não ‘independente’.

- (26) O técnico azul e branco tem agora uma semana decisiva, com **três confrontos difíceis frente ao Guimarães, Sparta de Praga e Sporting**. Nos quais pode reabilitar a equipa ou comprometer tudo. (CRPC [corpus_escrito_RL, Ref: J43543].
- (27) O grupo Impala publica dois títulos: «Nova Gente» e «Vip». O Impresa edita também **dois: «Caras» e «Nova»**. Aos quais vem agora juntar-se o Media Capital com «Lux». (CRPC [corpus_escrito_RL, Ref: J60734]).

O que parece estar em causa é que na escrita se utiliza, por vezes, o ponto final para delimitar ‘fragmentos infra-proposicionais’ (termo de Brucart (1999: 418)). Como tal, a ortografia não pode ser um critério fiável para a identificação de ‘enunciados independentes’.²⁰

A hipótese que se coloca neste trabalho é então a de que, pelo menos para o português, as orações apositivas em (25) e (26)-(27) não são sintacticamente diferentes das restantes orações apositivas.

Contudo, para derivar sequências como (25), dado o material linguístico que existe entre a relativa e o seu antecedente ‘remoto’, será necessário considerar que as orações relativas apositivas podem especificar um DP vazio:

- (28) [_{CoP} [_{DP} CV] &: [_{DP} D [_{CP} [_{DPrel} [_{Drel} as quais] [_{NP} casas]_{wh} ... t_{wh} ...]]]

Esta categoria vazia poderia ser analisada como um tópicio nulo (Huang 1984, Raposo 1986), interpretado pela identificação com um elemento discursivamente saliente. A presença de um tópicio nulo nestas construções só seria possível quando o contexto permitisse que a categoria vazia fosse identificada. Neste caso, seria a ocorrência de um núcleo interno na relativa apositiva que legitimaria essa interpretação.

Tratar-se-ia então de uma projecção sintagmática infra-oracional, *i.e.*, uma espécie de ‘relativa flutuante’. Note-se, a este respeito, que, segundo Brucart (1999: 418), para que uma relativa possa aparecer num enunciado gramatical, não é estritamente necessário que nele se contenha uma outra oração. A relativa pode ocorrer incluída num fragmento infra-oracional cuja boa formação depende da sua legitimação no contexto discursivo enquanto enunciado independente.

²⁰ Brito (2004: 413) apresenta um exemplo deste tipo de construção (cf. (i)), referindo-se a estas estruturas nos seguintes termos: “(...) R[elativas] N[ão] R[estritivas] com antecedente SD mas que [...] **parecem ser** “justapostas paratáticas” (...)” (sublinhado meu).

(i) O Conselho apresentou saudações. Que ninguém esperava. (Brito, 2004: 413)

8. Conclusão

Nas análises das construções de relativização introduzidas por *o qual* seguido de núcleo interno, tem sido proposto que, pelo menos em alguns contextos, este morfema não é um pronome relativo mas um demonstrativo. Neste trabalho propõe-se que não: *o qual* é em todos os contextos um relativo, o que pode ser confirmado pela sua ocorrência obrigatória na periferia esquerda da frase.

Para além disso, propõe-se que o facto de *o qual* deixar de poder ocorrer com núcleo interno resulta, não de uma mudança na estrutura interna do constituinte relativo, mas sim de uma mudança sintáctica que afectou as relativas apositivas em geral. As relativas apositivas deixaram de poder ser geradas por ‘coordenação especificante’, passando a sê-lo antes por ‘elevação do núcleo’.

Referências

- Alexandre, Nélia (2000) *A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Bassols de Climent, Mariano (1967) *Sintaxis latina*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Bechara, Evanildo (1961) *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Editora Lucerna, 2001 (37ª edição).
- Bianchi, Valentina (1999) *Consequences of antisymmetry: headed relative clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Borsley, Robert (1997) Relative clauses and the theory of phrase structure. *Linguistic Inquiry* 28, pp. 629-647.
- Borsley, Robert (2001) More on the raising analysis of relative clauses. Manuscrito, University of Essex.
- Brito, Ana Maria (2004) As relativas não restritivas com antecedente nominal como um caso de aposição. In *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 401-419.
- Brito, Ana Maria (1991) *A sintaxe das orações relativas em português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Brito, Ana Maria & Inês Duarte (2003) Orações relativas e construções aparentadas. In Maria Helena Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 653-694.
- Brucart, José María (1999) La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, pp. 395-522.
- Cardoso, Adriana (2007a) O morfema relativo *o qual* em diacronia. *Dissertando: Sessão de Estudantes. Comemorações dos 75 anos do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*. Lisboa: CLUL.
- Cardoso, Adriana (no prelo) Relativização de predicados nominais na história do português. In *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*.

- Colaço, Madalena (2006) Coordenação e movimento sintático: os dados do Português Europeu. *Letras de Hoje* 41 (1), pp. 75-97.
- Costa, Ana (2004) Aspectos das construções de relativização no português do séc. XV. In *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 409-420.
- Dias, Augusto Epifânio da Silva (1918) *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, 1970 (5ª ed.).
- Ernout, Alfred & François Thomas (1972) *Syntaxe latine*. Paris: Klincksieck.
- Huang, Yan (1995) On null subjects and null objects in generative grammar. *Linguistics* 33, pp. 1081-1123.
- Kayne, Richard (1994) *The antisymmetry of syntax*. Cambridge / Mass: MIT Press.
- Koster, Jan (2000) Extraposition as parallel construal. Ms, University of Groningen.
- Lucchesi, Dante (1990) Considerações sobre a análise das relativas do português contemporâneo e algumas incursões na história dessas estruturas. In *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: APL, pp. 175-193.
- Móia, Telmo (1992) *A sintaxe das orações relativas sem antecedente expreso do português*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Neto, Serafim da Silva (1957) *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença / MEC, 1970 (2ª ed.).
- Peres, João & Telmo Móia (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Pinkster, Harm (1995) *Sintaxis y semántica del latín*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- Raposo, Eduardo (1986) On the null object in European Portuguese. In Osvaldo Jaeggli & Carmen Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance linguistics*. Foris: Dordrecht, pp. 373-390.
- Said Ali, Manuel (1931) *Gramática histórica da língua portuguesa*. [2ª ed. melhorada e aumentada de *Lexeologia e formação de palavras* (1921) e *Syntaxe do português histórico* (1923)]. S. Paulo: Melhoramentos, 1971 (7ª ed.).
- Smits, Rik (1988) *The relative and cleft constructions of the Germanic and Romance languages*. Dordrecht: Katholieke Universiteit Brabant.
- Vries, Mark de (2006) The syntax of appositive relativization. On specifying coordination, false free relatives and promotion. *Linguistic Inquiry* 37, pp. 229-270.
- Vries, Mark de (2004) Head-internal relative clauses in Dutch? *Linguistics in the Netherlands* 21, pp. 193-204.
- Vries, Mark de (2002) *The syntax of relativization*. Utrecht: LOT.

Fontes

- Coelho, António Borges (1987) *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. vol. 2. Lisboa: Caminho.
- Martins, Ana Maria (2001) *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Martins, Ana Maria (1994) *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Muhana, Adma (1995) *Os autos do processo de Vieira na Inquisição* [edição, transcrição, glossário e notas de Adma Muhana]. São Paulo: UNESP.
- Pereira, Isaías da Rosa (1987) *Documentos para a história da Inquisição em Portugal: séc. XVI*. vol. 1. Lisboa: s.n..